

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo - PDUI-RMSP

Audiência Municipal de Mobilização de Itapecerica da Serra Sub-Região Sudoeste

Data: 30 de abril de 2016

Local: Auditório da Prefeitura Municipal

Rua: Av. Eduardo Roberto Daher, 1135 – Centro

Horário: 9h

Pauta: Esclarecimentos sobre o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo

Representantes presentes

Institucionais

Prefeitura Municipal

- **Prefeito:** Amarildo Gonçalves Chuisco.
- **Secretário de Planejamento e Meio Ambiente:** Fábio Roberto Cravo Roxo.
- **Secretária de Governo, Ciências e Tecnologia:** Leonor Isolina Bertanha Lopes Silva.
- **Secretário de Educação:** João Antonio Valério.
- **Secretário de Defesa Civil:** Mauricio Passos da Silva Rocha.
- **Secretário de Turismo:** Marco Antônio de Andrade.
- **Secretário de Segurança, Trânsito e Transporte:** Reginaldo Magar.
- **Secretário de Serviços Urbanos:** Valdomiro Freitas Dias.
- **Secretária de Inclusão e Desenvolvimento Social:** Elaine Silva.
- **Diretor de Planejamento** (Coordenação Técnica do PDUI): Marcello Motta.

Polícia Militar – Primeiro-sargento José Jorge Santos de Moura, representando o Capitão Passos, do 25º BPM.

Consórcio Intermunicipal da Região Sudoeste da Grande São Paulo (Conisud) e Conselho Consultivo (Consulti) da região, Roberto Rocha – Prefeito Municipal de Vargem Grande Paulista.

Coordenação do Conselho Consultivo da Região Sudoeste (Consulti/SSAM)
Brígida Sacramento C. Santos.

Consórcio Intermunicipal da Região Sudoeste da Grande São Paulo (Conisud)
Roberto Rocha – Presidente / Prefeito de Vargem Grande Paulista

Emplasa

Diretora-presidente: Rovena Negreiros.

Coordenadora da Unidade de Estudos Econômicos e Monitoração das Dinâmicas Urbanas e Regionais: Maria Lúcia Camargo.

Marcel Francisco Veiga.

Pedro Suarez.

Sociedade civil e outros participantes – Ver lista de presença.

O auditório da Prefeitura Municipal de Itapeverica da Serra foi o local escolhido para sediar a última audiência da Sub-região Sudoeste, de mobilização do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo (PDUI-RMSP). Secretários municipais, prefeitos e lideranças comunitárias lotaram o espaço na manhã do dia 30 de abril de 2016.

A então presidente da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (Emplasa), **Rovena Negreiros**, abriu os trabalhos explicando o Plano e esclarecendo a importância da participação da sociedade civil em sua elaboração. “Fico muito satisfeita em ver aqui os dois prefeitos envolvidos nas discussões da Sub-região Sudoeste, pois isso nos dá a certeza de que será mesmo uma construção coletiva, que desta vez incluirá até mesmo a Prefeitura de São Paulo, fato inédito até aqui”, concluiu.

O prefeito de Itapeverica da Serra e anfitrião, **Amarildo Gonçalves**, falou sobre a questão dos mananciais, enfocando a preservação ambiental e a responsabilidade dessa sub-região estar em uma área de preservação ambiental. “Temos a necessidade de uma compensação financeira para os municípios que se encontram em áreas de preservação. É preciso mecanismo de ressarcimento”. Ele ressaltou a importância do PDUI nos retornos que a sub-região pode receber no que diz respeito às mudanças necessárias diagnosticadas desde a implantação em 1976 da Lei de Proteção aos Mananciais. A sub-região é rica ambientalmente, mas pobre em recursos, o que traz dificuldades para enfrentar o espalhamento de moradias em áreas protegidas.

O prefeito de Vargem Grande Paulista e presidente do Consórcio Intermunicipal da Região Sudoeste da Grande São Paulo (Conisud) e do Conselho Consultivo (Consulti) da região, **Roberto Rocha**, esclareceu que os temas a serem abordados no Plano são de caráter metropolitano e que a participação da sociedade civil é fundamental, uma vez que o PDUI será transformado em Lei. “É um plano de curto, médio e longo prazos”, concluiu.

A assessora técnica da Emplasa, **Maria Lúcia Camargo**, deu início aos esclarecimentos apresentando o filme institucional do PDUI. Ela explicou, de maneira simplificada, os conceitos técnicos do Plano, passando em seguida para uma breve

explicação do Estatuto da Metrópole, que estabeleceu em 2015 a exigência do PDUI para todas as regiões metropolitanas do Brasil.

Representando o Governo do Estado, **Brígida Sacramento** reforçou a importância da participação de todos, lembrando que, na sequência, haverá oficinas regionais, por isso a necessidade de que todos acompanhem a plataforma digital do Plano (www.pdui.sp.gov.br). “Quero parabenizar a dedicação dos trabalhos dessa Sub-região e enaltecer os dois prefeitos aqui presentes, Amarildo e Roberto, que estão plenamente envolvidos com o Plano.”

Outros temas, como habitação, mobilidade e saúde, foram discutidos entre os presentes, merecendo destaque e necessidade urgente de diálogo entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) e a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), órgãos com muitas queixas dos moradores.

Após a apresentação principal, o debate foi aberto a perguntas e temas diversificados, levantados e esclarecidos.

Dinâmica da reunião

A coordenação dos trabalhos foi realizada pelo Cerimonial de Itapecerica da Serra.

Composição da mesa: prefeito de Itapecerica da Serra, Amarildo Gonçalves Chuvisco; diretor de Planejamento de Itapecerica da Serra e coordenador técnico do PDUI, Marcelo Motta; prefeito de Vargem Grande Paulista e presidente do Conisud, Roberto Rocha; representante do Consulti, Brígida S. C. Santos; diretora-presidente da Emplasa, Rovena Negreiros, coordenadora da Emplasa, Maria Lúcia Camargo, e primeiro-comandante do 25º Batalhão da Polícia Militar, Capitão Passos.

As falas iniciais seguiram a sequência: **Marcelo Motta** abriu a sessão; Rovena Negreiros ressaltou a importância e a necessidade do PDUI ser elaborado pelo conjunto dos municípios e parabenizou o engajamento da prefeitura municipal na organização da audiência e na elaboração do PDUI, particularmente a importante participação de Marcelo Motta nas comissões; Roberto Rocha, que ressaltou a importância dos planos, a necessidade de um plano sub-regional e a relevância da compensação ambiental em áreas de mananciais.

Em seguida, Maria Lúcia Camargo apresentou o filme institucional de estímulo à participação nos debates públicos e realizou a apresentação, contemplando:

- 1) Breve diagnóstico socioeconômico e ambiental da RMSP.
- 2) As exigências da Lei 13.089/2015 (Estatuto da Metrópole) com relação à elaboração do PDUI e ao processo participativo (audiências municipais de mobilização e audiências regionais). Informe de que audiências e oficinas específicas serão realizadas sob demanda de setores organizados da sociedade civil.
- 3) Esclarecimento sobre a instância deliberativa, que será composta por 18 membros do Comitê Executivo do PDUI (voto ponderado) e 52 membros da sociedade civil.

Estes validarão as propostas do Plano, antes de ser encaminhado à Assembleia Legislativa.

Debate

Jumara: Bom dia, participo dessa reunião pela Prefeitura de Cotia e pela Associação de Engenheiros de Itapecerica da Serra. Eu gostaria de pedir que fosse feita uma correção naqueles mapas que a senhora apresentou porque eu não vi ali a Reserva do Morro Grande nem a Represa Pedro Beicht. Aliás, a Reserva do Morro Grande eu vi o desenho da parte interna do polígono, toda ela pintadinha pela ocupação desordenada. Então eu pediria, não sei o que aconteceu, mas como Cotia faz parte da Região Sudoeste, eu gostaria ver corrigido aquele equívoco, muito obrigada.

Coordenação da mesa: Eu solicitaria novamente aos integrantes da mesa que voltassem a ocupar seus espaços, pois podem ocorrer perguntas, que tanto a Emplasa como os prefeitos e diretores poderão responder com maior presteza. Formada a mesa, então continuamos com as perguntas da plenária, dirigidas para dirimir qualquer dúvida que tenha ficado a respeito do nosso plano.

Rovena: Foi esse mapa que você falou? É um cartograma. Na realidade é representação cartográfica, mas, nós temos aqui um volume com todas as unidades de conservação reguladas de qualquer nível de categoria. Nesse mapa, nós não estamos identificando uma por uma, o que a gente está querendo chamar atenção com esse mapa é que nós temos ativos ambientais relevantes e que nós temos uma fragilidade em cima dele. Então, o que nós estamos destacando é exatamente a vulnerabilidade da área ambiental. Ali, não tem nenhum recorte dizendo aqui é a Serra do Mar, ali é a Unidade de Conservação da Cantareira. Nós estamos georreferenciando essas informações na nossa base cartográfica. Concluindo: o que queremos chamar atenção com esse mapa é que tem diferentes ativos ambientais, sejam eles unidades de conservação, reservatórios de água, cobertura natural ou não, que tem algum valor ambiental e que está sujeito à fragilidade pela ocupação precária e de risco que essa área tem. Mas são todos mapeados. Não sei se vocês tiveram acesso a todos. Esse documento está na plataforma e nós estamos abertos a corrigir erros.

Jumara: Na verdade, eu me referi à correção, esse mapa não foi apresentado na reunião de Cotia, senão, lá mesmo a gente já teria levantado essa discussão e ele já estaria corrigido. O trabalho da Emplasa é excelente, mas na apresentação, tratando-se da região sudoeste, eu sugiro que vocês localizem melhor a legenda para não ficar sobre a região sudoeste. Por exemplo, para quem é de Cotia ver toda a mancha vermelha que está em torno dessa área maravilhosa de mananciais, que é a Reserva do Morro Grande. No próximo mapa não tem a legenda, tudo bem, é um produto diferente. Só que se você vê a lâmina d'água da Guarapiranga e da Billings, noutras deveria aparecer a lâmina d'água da Pedro Beicht. Eu sei que a Emplasa tem tudo isso georreferenciado num trabalho maravilhoso, mas eu peço que se esse mapa for apresentado em outras reuniões, por favor, façam essa correção.

Luis Eduardo: Não é um questionamento, eu só quero dizer o seguinte: Meu nome é Eduardo, eu sou cidadão aqui de Itapetecica da Serra e acho que, embora esse plano esteja vindo um pouco tarde, ele é bem-vindo. De fato, nós temos agora que pensar no cidadão da metrópole. Eu vi lá uma governança regional e nós temos ideia, então, de que vai haver um prefeito de prefeitos, alguma coisa dessa natureza? Não sei se estamos agora preparados para isso. Mas seria um bom negócio. Ouvir que esse tipo de ideia já está sendo plantada em termos de Governo do Estado de São Paulo são bons ares ventilando. Parabéns, gostaria que a Emplasa se dedicasse muito a isso, chamasse também o nosso pequeno IBGE do Estado de São Paulo, que é a Fundação Seade. Eu estudo muito e uso muitos dados da Fundação Seade, que acho até superior ao IBGE. Quero dizer que nós temos instrumentos suficientes para fazer um ótimo plano para a Região Metropolitana de São Paulo. Quiçá, para a Região Metropolitana do Litoral e de Campinas que são as três grandes regiões metropolitanas de São Paulo. Tem outras, mas essas são as que realmente a gente talvez possa participar, embora a gente não more lá. Então, eu queria dar os parabéns e dizer para vocês que eu vou participar, sim.

Rovena: Eu queria fazer umas considerações à sua fala porque acho que o estágio da democracia que a sociedade brasileira está vivendo permite esse tipo de atuação ativa sua e isso é ótimo para todos nós. Especialmente para nós do governo que não temos uma prática da interlocução cotidiana como os prefeitos têm. Então, para nós também é um aprendizado. Esta é a primeira vez que a Emplasa, que já realizou vários planos, colabora na pactuação. Essa é a grande questão. Quando a gente fala de governança, esse é o processo de pactuação e compartilhamento, porque não adianta a gente querer botar alguma coisa no plano, se nós do setor público e a sociedade não entendermos que aquilo é exequível, ou que aquilo não é possível do ponto de vista financeiro. Todos terão que se comprometer com aquilo que está colocando no plano. Inclusive na sua execução. Então, nós não estamos falando aqui de superprefeito por sub-região. Nós estamos falando aqui na governança, onde os prefeitos têm que aprender a sentar mais e decidir coletivamente em prol da execução do que é possível, porque a condição fiscal dos municípios das regiões metropolitanas de São Paulo é muito ruim. Sozinhos, não conseguem fazer muitos dos investimentos que são desejo deles e demanda da sociedade. Mas, provavelmente, se eles sentarem juntos e decidirem as prioridades, isso pode dar certo. Não tem dinheiro para fazer tudo. E é bom que a sociedade se conscientize disso também, porque, para fazer tudo, tem que ter mais caixa, e mais caixa é mais tributo. É uma decisão entre a sociedade e o setor público, do que está disposto. Dentro da condição fiscal que cada um tem, do crescimento que a economia pode propiciar e o quanto isso toma de receita tributária para os municípios. Essa é a oportunidade de sociedade e poder público trabalharem conjuntamente. As prefeituras e o Governo do Estado têm que fazer essa pactuação e deixar claro para a sociedade quais são as prioridades. A sociedade precisa participar não só na formulação, mas, também na definição das prioridades. Por exemplo: "eu prefiro ter uma usina de resíduo sólido que gera energia, e que essa energia entre na iluminação pública e baixe meu IPTU, do que fazer transporte. Vocês que têm que decidir, certo? Cada um tem que decidir. Então, é isso que esse plano pretende. E se vocês não participarem, outros vão decidir. Essa audiência de hoje é de mobilização

para os problemas. E quem não participar vai ficar de fora, vai perder a oportunidade de fazer essa pactuação. Não só do projeto, mas de como o projeto deve acontecer, porque nós pretendemos precificar os projetos dentro do plano. Nós vamos dizer: "Olha, isso custa tanto fazer. Portanto, preparem seus orçamentos, seus PPAs, e nós do Governo também, pra que a gente possa de fato fazer desembolso e se comprometer com o recurso de investimento pra poder fazer isso".

Outra questão central ao debate foi a origem dos investimentos necessários ao PDUI. Ficarão a cargo dos municípios ou haverá fundos específicos para isso, com a argumentação de que os encargos acabam recaindo sobre a população. Como exemplo, foi citada a taxa de iluminação pública. A mesa voltou-se a esta questão, colocando que é importante não trazer mais encargos aos municípios, mas que tenham contrapartidas estaduais e federais, como no caso dos corredores de transporte em que ocorrem parcerias entre governo estadual e municípios. Também foi colocada a importância de elencar os investimentos prioritários, conjuntamente entre poder público e sociedade civil; e que, por exigência da lei federal, o Ministério Público acompanhará todo o processo de elaboração do plano.

Também foi questionado por um representante da Câmara Técnica de Mobilidade, se haveria subsídios de custeio para realizar diagnósticos de projetos regionais, a exemplo do anel viário de Itapeverica da Serra. Diante da questão, a mesa colocou que estes projetos podem ser levados às estruturas já existentes, neste caso por meio de solicitação à EMTU e ao Fumefi. Foi levantado, também, que o financiamento não é simples, logo, é importante um compartilhamento de ações, como nos investimentos em drenagem, por exemplo. Também foi destacada a contradição existente na sub-região, que produz o ativo econômico água e não tem oferta universalizada nos domicílios. Nesse ponto, a possibilidade de acesso ao Fehidro, para financiar projetos conjuntos nessa área, foi suscitada. Em face dessas questões, foi colocado que as prefeituras da sub-região já brigam por recursos, via Fehidro e Fumefi, entre outras fontes, porém, há exigências muito grandes e muita burocracia para acessar os recursos. Como exemplo, não foram conseguidos recursos para famílias vítimas de desabamento. Como alternativa, foi citada a necessidade de um programa pró-financiamento. Aprovação mais eficiente de projetos ambientais deverá ser tratada no âmbito da governança do PDUI.

Antes do encerramento dos debates, foi destacada pelo auditório a importância de representantes do município de São Paulo participarem das audiências sub-regionais, já que São Paulo possui forte protagonismo na RMSP, bem como a participação de secretarias estaduais e outros órgãos públicos, como Cetesb e Sabesp, nas oficinas sub-regionais.

Para terminar, reforçou-se que oficinas de trabalho e audiências regionais serão marcadas ao longo deste ano, para que se chegue ao último trimestre com propostas claras e pactuadas por todos, a fim de se propor à Assembleia Legislativa paulista um Projeto de Lei realmente consistente e representativo dos anseios da população dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo. Feitas as considerações finais, foi encerrada a audiência municipal de mobilização do município de Itapeverica da Serra.